



Anais da Assembléia

Nº 51

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 71ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1975 (QUARTA – FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Del Ciel, secretariada pelos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Otássio Pereira.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Mauricio Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Alfredo Gulin, Antonio Facci. Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alen-car Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Mano-el, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thoma-zoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Tra-jano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Srs. Depu-tados Adalberto Daros, Enéas Faria, Jayme Rodrigues Carvalho, Jose Domingos Scarpelini, Nilso Squarezi e Osvaldo Macedo. (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O Sr. Presidente.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO.-

procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE – Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução N. 39/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição N. 01/75, que aprova Convênio celebrado entre o Ministério da Saúde, o Governo do Estado do Paraná e a Associação de Reabilitação, objetivando aplicação de recursos na Assistência à Deficientes Físicos.

Parecer favorável da C.C.J. – Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 22, quinta-feira, às 14 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

1ª DISCUSSÃO – do projeto de resolução N. 40/75.

marcando outra, para quarta-feira, dia 28, às 14 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

2ª DISCUSSÃO – do projeto de resolução N. 40/75

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 72ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental é registrada, a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Agui-naldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Alfredo Gulin, Antonio Fac-ci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Dá-vid Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Eze-quias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Netto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lá-zaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Olivei-ra, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Mug-giati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Tra-jano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wer-ner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, Enéas Faria, Jayme Rodrigues Car-valho, José Domingos Scarpelini, Nilso Squarezi, e Osvaldo Ma-cedo (6).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente, declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nos-sos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atri-buições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário da Casa,

um voto de pesar pelo falecimento do Sr. DAVID TATIM FILHO, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

O extinto, comerciante ligado à diversas empresas destacou-se pelas suas obras filantrópicas, sendo diretor de várias entidades assistenciais, grangeando à admiração e o respeito de seus conterrâneos.

Da decisão do presente, REQUER, outrossim, que se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer, se oficie ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, fazendo um apelo para que construa e instale na cidade de Maringá, cinco postos de saúde, nos bairros da Vila Operária - Aeroporto, Maringá Velho, Jardim Alvorada, Morangueira, Vila Sete e Mandacaré.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

Maringá é a segunda do interior do nosso Estado do nosso Estado e a 149 do País. É a metrópole que surge. Quase 200.000 habitantes e polo de todo o norte novíssimo do Paraná.

Uma cidade de tendência, predominantemente, horizontal, tendo por isso uma ampla área de ocupação, ocasionando sérios problemas de deslocamentos. Conta apenas com o posto de saúde central que é sede do Distrito Sanitário.

Acreditamos que a autoridade estadual deve compreender a necessidade de ampliar o atendimento médico com a descentralização do posto de saúde e consequentemente construção e instalação dos demais postos ora solicitados, em locais próximos aos indicados, desde que, naturalmente, feito o competente levar tamento técnico.

E o que acreditamos e esperamos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve nos termos regimentais. Requer, se oficie ao Sr. Secretário de administração, solicitando liberar verba necessária para construção do Colégio João XXI, em Maringá, de uma residência para a zeladoria.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA

O Colégio João XXIII, localizado no populoso bairro do Aeroporto e um dos maiores estabelecimentos educacionais de Maringá, e que necessita, com urgência, uma casa para abrigar um zelador que cuide do próprio Colégio Estadual, evitando desta forma maiores despesas para o Estado com reparos e conservação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando urgentes providências no sentido de imediata

normalização do abastecimento de água potável à sede do Município de Iretama. A SANEPAR encampou o sistema e compromete-se a imediatamente providenciar a substituição da rede e, consequente adequação do serviço, porém, a população continua aguardando as providências que não são tomadas e o problema persiste.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975.

a) ANTONIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O município de Iretama, estando em franco desenvolvimento, integrou-se ao PLANASA - representado em nosso Estado pela SANEPAR, sendo um dos primeiros a participar, no papel, do PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO. Convencionou-se que o Município teria que integralizar sua participação no convênio. Iretama já cumpriu integralmente a exigência, no entanto, continua sem solução o problema de abastecimento. Como agravante, podemos ainda afirmar que mesmo o serviço estando sob a responsabilidade da SANEPAR, consequentemente a manutenção e melhoria do sistema, ser também obrigação da mesma, é o município quem está arcando com as despesas de manutenção, inclusive, quando ocorre avarias no sistema existente, que é precário, a população fica sem ter a quem recorrer, e mesmo que o município resolva tomar providências, estas sempre são de caráter meramente imediatistas, isto é, são apenas providenciados os reparos mais urgentes, não sendo introduzidas melhorias que possam resolver definitivamente o problema, ficando a população a mercê das constantes faltas do precioso líquido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, após a aprovação do Plenário, que se oficie ao DEPARTAMENTO ESTADUAL DE COMPRAS, solicitando a prestação das seguintes informações:

1) - Quais são as normas legais obedecidas por aquele Departamento na efetivação das compras exigidas pelos órgãos da Administração Direta do Governo do Estado?

2) - Existe para ser obedecido obrigatoriamente algum decreto, portaria ou instrução, especificamente, no setor de compras ed carteiras e armários escolares, móveis para gabinete, secretarias ou escritórios?

- Se existir, informar qual.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendendo que lhe é atribuição e deve delegados pela vontade soberana dos paranaenses, contribuir para que as atitudes governamentais sejam objetivas, adequadas e realizadas com seriedade e dinamismo, necessita primeiramente conhecer os mecanismos que disciplinam o exercício.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental REQUER a V. Exa. que ouvida a Casa, seja enviado expediente

ao Exmo. Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de gestionar urgentemente, junto ao Banco do Brasil S/A, ser concedido financiamento para semente de trigo não certificada pelo Ministério da Agricultura.

A medida impõe-se como necessária, para que não fiquem prejudicados os tricultores, que confiantes nas previsões do Órgão Governamental pelo fornecimento de sementes, lavraram as suas terras e depois se viram impossibilitados de realizar a cultura, por falta de sementes certificadas pelo Ministério da Agricultura, condição indispensável para obtenção de financiamento pelo Banco do Brasil S/A.

A providência, além de trazer tranquilidade aos lavradores, virá atenuar os efeitos negativos decorrentes da falta de sementes com os requisitos exigidos pela entidade financiadora de sorte a possibilitar a concessão de crédito.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, requer, ouvido o Plenário, se oficie ao Sr. Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura, solicitando que a legislação educacional seja aprimorada, no sentido de evitar, a partir do corrente ano: A REPETIÇÃO DOS DESASTROSOS E TRÁGICOS "TROTES" QUE TÊM OCORRIDO EM NOSSAS FACULDADES.

Esta solicitação pretende enfatizar a necessidade imediata de estudar-se normas que disciplinem a aplicação dos "Trotos".

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que o "trote" é festa de confraternização, é "quebra-gelo", são "boas-vindas" aos calouros. Os cerimoniais das faculdades, através de Legislação específica, deve dirigir os "trotos" para que seja cumprida as suas puras e objetivas finalidades; INTEGRAÇÃO, criação de campo psicológico favorável ao bem estar dos iniciantes.

O excessivo desgaste imposto ao acadêmico pelos cursinhos e vestibular, exige recuperação apressada de energias, para que o aproveitamento educacional seja amplo. Aí, é indispensável que o universitário possa dar seus primeiros passos dentro da faculdade, em ambiente de amigos.

O "trote" deveria reunir não somente os calouros e veteranos, mas também os pais, irmãos e outros familiares de cada acadêmico, em comemorações amplas e diversas, mas onde houvesse em todas as dimensões — salutar e fraterno entendimento — Há beneméritas atitudes que poderão ser efetuadas através dos "trotos". Por exemplo, na realização das solenidades promocionais dos trotos (conclaves, palestras, bailes, jantares, competições esportivas, campanhas de donativos, etc). Arrecadações poderiam ser destinadas às entidades de assistência social, ou AOS ESTUDANTES CARENTES DE RECURSOS, que quando não abandonam a faculdade, se desnutrem por completo no período universitário.

O Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná, acaba de oferecer extraordinário exemplo a ser imitado: — doou ao Hospital Infantil "César Pernetta" e ao Educandário "Santa Felicidade", 300 (trezentas) latas de leite em pó, além de roupas sapatos e cintos que receberam dos calouros a título de trote. A atitude do DASCA, mereceu o prestigamento de dona Maria de Lourdes Canet, primeira Dama do Estado. A esposa do Governador Jayme Canet Junior, declarou que "fez questão de prestigiar os universitários, porque viu na sua atuação um gesto para humanização do "trote".

No início do corrente ano a Imprensa Nacional ocupou-se

em noticiar a extensão dos "barbarismos" cometidos por universitários inconsequentes, na aplicação dos "trotos". Em Curitiba, a maioria das Casas de Saúde registraram internamentos de calouros vitimados por atos excessivos dessa natureza. Além do problema físico, estes atos agressivos tendem a influir sobremaneira no desequilíbrio psicológico; de consequências imprevisíveis.

No número 03/75, da "Upes em Revista", órgão oficial de informação da União Paranaense dos Estudantes Secundários, vamos encontrar interessante artigo escrito pelo universitário Anésio Folleis Filho, Acadêmico de Direito da Universidade Estadual de Maringá, com o título: "PORQUE NÃO DEVE HAVER TROTE" — que transcrevemos a seguir:

1 — O ser humano não pode e não deve ser colocado à exposição;

2 — O ser humano não deve e não pode sofrer escoriações nem sevícias para mostrar a dotação;

3 — O ser humano não deve e não pode excomungar seus propósitos;

4 — O ser humano não deve e não pode expor-se, obrigatoriamente, a outro retesado de sofreguidões psicológicas, para sofrer as consequências destas;

5 — Esta perpetuação bestial do convencionalismo irracional deve cair, com urgência, por terra;

6 — Não é dessa maneira que se obtém "lucro" para uma ideologia estudantil;

7 — Passar no vestibular nada mais é do que uma consciência plena do interessado;

8 — O "brinquedo de machucar" é usado para uma euforia, uma pseudo-alegria, no fundo tem uns passageira "cobrinhos" de prestações. . .;

9 — Trote é mumice simiesca, no fundo de cada farrista há uma máscara disfarçando recalques adormecidos;

10 — Se uma Universidade ou Faculdade exige uma disciplina inviolável, ela não pode violar o início desta disciplina;

11 — O estudante deve ter liberdade para encarar a realidade;

12 — O trote é um animáculo solto nas veias de febricidade de uma crônica de zombaria, querendo imitar ou mostrar — uma ambição; ou início de uma conquista; e consequentemente um complexo de superioridade. Ou inferioridade?

13 — Disciplina, conquista, ambição deve existir, mas para envolver e abranger uma coletividade, incluindo o próprio indivíduo praticamente;

14 — O estudante, deve existir para discernir o que o cerca e o que cerca o mundo. Se o estudante não pensar em termos de um todo, de que forma ele estará contribuindo para o desenvolvimento de uma filosofia?

15 — O estudante não pode se restringir ao seu "mundinho" pois será egoísta e estará contribuindo para a decadência do todo, para o caos do próximo, para a agravação dos problemas mundiais;

16 — O trote é coisa muito pequena e sem razão de ser, é extravazamento da opressão pessoal.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 59/75

AZAssembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL DE GUAÍRA, com sede no Município de Guaíra.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975

a) FRANCISCO ESCORSIN

JUSTIFICATIVA

A Associação Assistencial de Guaíra, com sede e foro no Município de Guaíra, é uma Associação assistencial, filantrópica, civil e de utilidade pública, com personalidade própria.

Pelos inclusos estatutos de associação e pelos atestados das autoridades competentes, se observam os relevantes serviços sociais que são prestados a coletividade mais necessitada.

Do exposto, considerando que a mesma preenche os requisitos necessários e indispensáveis à sua declaração de utilidade pública, é que oferecemos o presente Projeto de Lei à consideração dos nossos Pares.

PROJETO DE LEI Nº 60/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluído no Plano de Obras do Estado, para execução em caráter prioritário, a construção de um prédio de alvenaria, com nove salas de aulas, no Colégio Agrícola "Getúlio Vargas", na cidade de Palmeira.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975.

a) LINEU TURRA

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Agrícola "Getúlio Vargas" da cidade de Palmeira pelas suas finalidades que é justamente a formação de técnicos agrícolas, tão carentes não só no Paraná, como no Brasil, está a merecer melhor atenção dos poderes públicos.

Não só pela importância do ensino, desde que, se sabe ser o Brasil um país, em que a agricultura ainda é predominante, e, apesar da crise que assola a administração pública, no setor educacional felizmente o Colégio Agrícola "Getúlio Vargas" de Palmeira, é uma das escolas que está a merecer encômios de quantos conhecem a eficiência de seu funcionamento e qualidade do ensino.

Hoje, conta esse estabelecimento com 150 alunos matriculados, entretanto, funcionando em instalações precaríssimas que até se pode dizer impossível, senão pela abnegação dos que ali trabalham e o idealismo dos seus alunos.

Para que este estabelecimento possa funcionar em condições nomais e dar melhor desempenho a seu importante papel, impõe-se o atendimento do presente Plano de Lei.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com satisfação que venho à tribuna desta Casa por vermos que no cenário nacional, despontando no âmbito federal, conforme o que estampa o periódico do gabarito do "O Estado do Paraná", foi escolhido para coordenador da

bancada arenista o nosso companheiro Deputado Santos Filho

É um júbilo para nós humildes que trabalhamos unidos com os homens de boa vontade, para nós que temos a satisfação de privar com o nobre Deputado na região do Norte Pioneiro queremos, pedindo a Deus que continue abençoando os homens de boa vontade do Paraná na sua trajetória, no seu tirocinio político para que trabalhem unidos para o bem estar de nossa terra e de nossa gente ler o que diz em seu panorama político "O Estado do Paraná" (Lê)

"Apesar de estar cumprindo seu primeiro mandato o Deputado Joaquim dos Santos Filho, acaba de ser escolhido para coordenador da bancada paranaense da Arena na Câmara Federal. A notícia chegou a causar alguma surpresa, dado o noviciado daquele parlamentar, compensado, contudo, pela sua capacidade de trabalho e habilidade como articulador. A função de coordenador de bancadas e novidade desta legislatura na Câmara Federal, mas trata-se de um posto ao qual todos os Estados vêm dando grande importância"

Como vemos, Srs. Deputados, o nosso jovem e trabalhador Deputado Santos Filho, acaba de ser elevado a esse cargo, embora passageiro, mas um cargo de reconhecimento a mais um paranaense ilustre para o bem estar de sua terra e de sua gente

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE Concedo a palavra ao Deputado Luiz Roberto Soares, segundo orador inscrito.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Honrando o mandato que lhe foi conferido no último pleito para as eleições proporcionais do Paraná, o Deputado Norton Macedo, e mentrevista ao "Jornal do Brasil" declara-se frontalmente contra a censura. Valioso, oportuno e sobretudo de grande repercussão para os interesses culturais e democráticos do País, o pronunciamento do nobre Deputado Norton Macedo

Diz ele: (Lendo) "Os teatros paulistas suspenderam seus espetáculos, na noite de quinta-feira última, em silencioso protesto contra a proibição da peça ABAJUR LILÁS, de Plínio Marcos".

"Quero deixar claro perante esta Casa que, sem enfileirar-me entre os moralistas extremados, não sou dos que aceitam irrestritamente a pornografia, o desrespeito aos costumes e aos comportamentos éticos, e, evidentemente, muito menos às pregações subversivas e atentórias à ordem pública, ocorra isso no teatro, cinema ou qualquer tipo de manifestação".

"Não conheço o texto de Plínio Marcos que acaba de ser vetado e nem as razões que levaram o Ministério da Justiça a vetá-lo. Não me solidarizaria, portanto, nem com um nem com outro, sem o pleno conhecimento dos fundamentos de cada parte".

"O episódio atual, entretanto, torna oportuna uma tomada de posição mais ampla - que talvez se venha a transformar em proposição à Câmara dos Deputados - no sentido de que a Censura, que muitas vezes, por não ser bem exercida, corrói, amordaça, aliena em sua estrutura, e sem que cesse sua atuação saneadora - quando e onde houver o que sanear - ela se transforme em organismo aberto ao debate, à inteligência, ao exato posicionamento das obras submetidas à sua apreciação"

"Se até os réus tem direito à defesa, como se negar ao autor a defesa de sua obra perante a autoridade competente - e aqui o competente deve ser entendido em seus dois significativos - como se permitir unilateralidade, como se negar o diálogo elucidativo?

"Creio - e aqui vai uma primeira sugestão - que a Censura deveria ser deslocada de área ministerial. Por que no Ministério da Justiça, e, mais precisamente, no Departamento de Polícia Federal? "

"O Ministério da Educação e Cultura, ou órgão a ele

vinculado, ou entidade interministerial, ou Conselho Superior integrado por autoridades realmente credenciadas à análise de textos, à compreensão de seu significado, à correta noção do valor cultural de cada texto, de cada composição, estas seriam hipóteses mais adequadas para a absorção dos Serviços de Censura.

Evidentemente, a cultura não pode ser considerada um caso de polícia, nem os intelectuais podem ser tidos como marginais, impedidos ou apenas — o que já é grave — desestimulados em sua criatividade.”

E aqui chamo a atenção para o texto mais elucidativo do discurso: “Fracos, muito fracos seríamos, como Nação, como Estado, com regime, se nos sentíssemos ameaçados pelos versos dos poetas. Felizmente, não é este o caso do Brasil. O Presidente Ernesto Geisel, com sua grandeza e visão de estadista que sente a alma brasileira, tem aberto diversas frentes de diálogo. Uma delas, oportuna entre as mais oportunas, com os homens de cultura. A nós, parlamentares que pretendemos colaborar na construção do Brasil novo, essas mesmas oportunidades estão asseguradas”.

“Comportamentos preconceituosos que vetam Plínio Marvos, que calam a inspiração de Chico Buarque de Holanda por ser Chico Buarque de Holanda, não seriam condizentes com nossos foros de civilização e nem com o desenvolvimento cultural que pretendemos alcançar”.

Divergimos desse pronunciamento apenas no que se refere ao deslocamento da competência, de que a Censura não deve ser executada nem pelo Ministério da Justiça e muito menos na Educação. A censura é uma nódoa que conspurca a consciência nacional. Mutila e corrói o que há de mais valioso no País, que é exatamente sua cultura. O Brasil que nestes últimos anos está vivendo uma das fases mais negativas de seu aspecto cultural; a censura, talvez o maior mal, e assim o que me parece, que também é estimulante, é que uma geração nova filiada ao meu partido ARENA, começa a ser despertada na sua consciência, conferindo uma inteligibilidade histórica à sociedade brasileira.

A ARENA, desta maneira, reabilita-se perante a Nação brasileira, e dá provas de que dispõe de Deputados capazes de dar efetivamente orientação democrática, e uma orientação compatível com as aspirações nacionais.

É pois, com grande alegria que registro o pronunciamento de Norton Macedo e tenho a certeza de que seu gesto pioneiro haverá de frutificar e servir de exemplo para que outros Parlamentares de nosso Partido melhor se situem ante a realidade nacional, e consigam também, com pronunciamentos como este, fazer com que não mais a ARENA seja atrelada ao sistema ortodoxo, mas se adiante a ele, mostrando os caminhos que devem ser percorridos pela sociedade brasileira.

Era este o registro que me cabia fazer. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Nas últimas semanas se tem registrado em Curitiba, ataques a um dos paranaenses mais ilustres, a um homem a quem nosso Estado deve incontáveis e brilhantes serviços. Trata-se do Dr. Mauricio Schulmann, Presidente do Banco Nacional de Habitação. Quero, aqui desta tribuna, protestar contra a injustiça que se está cometendo.

E espero que a minha voz seja ouvida por todos que vêem no Dr. Schulmann o homem cujo valor e capacidade são nacionalmente reconhecidos, para que comigo se solidarizem nesta manifestação de desagravo contra aqueles que procuram denegrir o seu trabalho e a sua capacidade administrativa.

Só aqueles que não se dão ao trabalho de analisar, desconhecem a complexidade dos problemas da habitação num País como o nosso, que passa por uma tremenda explosão demográfica.

Ao criar o BNH, reconheceu que era necessário um

instrumento catalizador para promover a busca das soluções, pois que as captações de recursos são sempre mais escassas do que as necessidades humanas. O objetivo da sistematização foi e é o de encaminhar a Nação a um estágio de prosperidade. E todos sabemos o que o Governo tem realizado nestes onze anos de sadia administração, começada a 31 de março de 1964.

O problema da moradia não podia ser isolado da problemática geral. É preciso toda uma infraestrutura de serviços.

É preciso o teto, a escola, a infraestrutura, e acima de tudo, o trabalho remunerativo.

Há dez anos atrás o Brasil era um País que apenas muito lentamente tomava conhecimento do seu próprio potencial.

O Governo está consicente de que nunca se faz o suficiente. E que só a Nação, operando em conjunto com os mesmos objetivos, poderá conquistar uma sociedade mais justa.

Nos vinte anos anteriores a 1964, os sistemas existentes não conseguiram financiar mais do que 120.000 unidades habitacionais do Brasil. Nos últimos dez anos, porém, graças ao BNH e aos sistemas por ele geridos, como o sistema financeiro da habitação e outros, mais de um milhão e cem mil unidades habitacionais foram financiadas.

Em fins do ano passado os investimentos em habitação totalizavam 96 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. Somente no ano de 1974, primeiro ano da gestão de Dr. Murício Schulmann, foram aplicados onze milhões de cruzeiros na construção de 103.000 unidades habitacionais.

Srs. Deputados, encareço a atenção para tão singular ocorrência: 103.000 unidades no primeiro ano da gestão do Dr. Schulmann, enquanto que nos vinte anos anteriores ao mês de março de 1964, foram construídas 120.000 unidades.

Nos últimos dez anos o BNH sózinho, pela correta aplicação do fundo de garantia, criou um pecúlio para os trabalhadores, pecúlio este que automaticamente é aumentado com a incidência de juros e correção monetária. Srs. Deputados, para obter os meios de creditar esses acréscimos nas contas dos trabalhadores, é da competência do BNH, nos financiamentos aos programas habitacionais, ou outros investimentos, aplicar o sistema de cobrar também juros e correção. E assim é que, no dito período, o BNH assumiu compromisso no montante de cinquenta e dois bilhões de cruzeiros. Tais aplicações estão gerando obras diversas no valor estimado em 136 bilhões de cruzeiros.

O Governo não teme a crítica construtiva, pelo contrário, espera recebê-la mas repele outras espécies de crítica. A liberdade não concede a ninguém o direito de procurar destruir a estatura de homens que, como Dr. Schulmann, não hesitam em aceitar as mais difíceis missões.

O atual Presidente do BNH é um paranaense do qual nos envaidecemos e nos orgulhamos.

Senhores Deputados, jamais na história do Paraná fomos tão altamente categorizados nas elevadas esferas da administração federal. Creio que devemos considerar o exemplo de outros Estados, em que a ARENA e o MDB, pondo de lado divergências menores, e no melhor dos entendimentos, unem-se em torno dos ilustres conterrâneos seus, pois que, prestigiá-los é prestigiar o próprio Estado e a Nação”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, quarto orador inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossa presença nesta tribuna é para justificar um requerimento que temos a honra de encaminhar à Mesa, que rege o seguinte. (Lê):

“Senhor Presidente.

A comercialização da safra de algodão 73/74 em decorrência de uma Resolução do Conselho Monetário Nacional, que proibiu a exportação do algodão em outubro de 73, acarretou prejuízos às Cooperativas e Maquinistas compradores.

Considerando que a participação dos supra citados na comercialização do produto é de grande importância para a própria agricultura, o Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, Requer, se officie ao Dr. José Ribamar deq Mello, DD. Diretor do Crédito Rural do Banco do Brasil S/A, sugerindo que:

- a) Concessão de financiamentos com parcelamento das dívidas das Cooperativas e Maquinistas compradores, de algodão, pelo prazo de 3 (três) anos e provenientes dos prejuízos da comercialização da safra de 73/74.
- b) Que a medida acima proposta, que tem como objetivo principal o saneamento do passivo, não implique em prejuízos de novos financiamentos para a continuidade de suas atividades normais.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1975.

a) ROSÁRIO PITELLI".

(Lendo) "O futuro do algodão está seriamente ameaçado. Por maior esforço que faça tanto no que concerne aos cotonicultores como nas medidas que vêm tomando os órgãos governamentais, ainda não chegam a ser suficientes para uma solução tranquilizadora.

O resultado negativo da safra passada, cuja comercialização encontrou as maiores dificuldades, ainda se constitui como um dos grandes obstáculos para a normalização e confiança para tão importante produto que hoje só fica em saudade, sua imponente cognominação de "Ouro Branco" da lavoura.

Reconhecemos e concordamos que o Governo Federal, através de seus órgãos competentes, vem tomando sucessivas e variadas medidas no sentido de amenizar a situação financeira dos cotonicultores, comerciantes e industriais, fazendo prorrogar por vezes, os vencimentos de suas responsabilidades.

Se não fora as referidas medidas tomadas a situação ainda seria pior. Isto porém, embora tenha sido sempre de grande valia não tem sido suficiente para contornar a grave crise porque passa o setor algodoeiro.

Os financiamentos oferecidos pelo Banco do Brasil S/A. para o atendimento total dos gastos culturais no plantio do algodão não excedem de Cr\$ 4.000,00 por alqueire. É sabido entre tanto, que o custo de produção ascende ao dobro ou mais.

Esta diferença existente entre o financiamento oferecido pelo Banco do Brasil e o custo da produção, tem sido feita, através de um costume tradicional pelos próprios maquinistas compradores e as Cooperativas, que acabam atuando como verdadeiros órgãos subsidiários de financiamentos aos cotonicultores. Estas medidas complementares, têm sido de grande valia, para custeio, compras de inseticidas e principalmente para colheita cujo pagamento é feito semanalmente aos trabalhadores rurais sem o que, não seria possível dar um trato cultural à altura das necessidades, de uma exigente cultura como é a do algodão, principalmente na hora da colheita.

Cumpra destacar ainda que o cultivo do algodão é feito na sua maioria absoluta por pequenos produtores o que vale dizer da sua importância no que se refere ao problema social.

E sem dúvida uma cultura que conserva a mão de obra não especializada, oferecendo serviço para pessoas de ambos os sexos e em qualquer idade. É oportuno destacar que o Estado do Paraná plantou 108.000 alqueires de algodão distribuído em cerca de 10 mil propriedades, dando uma área média por proprietário de apenas 8 alqueires. Isso mostra que a cotonicultura de propriedade praticamente de pequenas famílias é que precisa e deve a todo custo ser resguardada e sobretudo preservada.

Os prejuízos de grande monta que acabaram por recair

nas Cooperativas e maquinistas compradores durante a comercialização da safra 73/74, foram oriundos da Resolução do Conselho Monetário Nacional, sob a presidência do então Ministro Delfim Netto, e que só fora revogada pelo atual governo em abril de 74. Desta forma, entendemos que seria de de grande objetividade e acerto que se concedesse às Cooperativas e Comerciantes seriamente atingidos pelos efeitos da referida Resolução, financiamento destinado ao saneamento do passivo, mediante, é claro, uma análise do balanço das mesmas, cotejando o custo global do algodão adquirido em 74, com o valor total das vendas do mesmo algodão. Medida semelhante, é que entendemos muito acertadamente, foi concedida às indústrias do café solúvel.

Dada a importância que significa para a Nação o setor algodoeiro, é que nos propomos a submeter à apreciação dos Srs. Deputados a presente solicitação, para garantir recursos às Cooperativas e Compradores do algodão, a fim de que tenham condições na continuidade de suas atividades, evitando o seu afastamento ou desinteresse que, em última análise, só beneficiaria os grandes Grupos Internacionais, que já de certa forma são dominantes do setor.

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos há poucos instantes o Deputado Egon Pudell aqui nesta tribuna, analisar veemente a personalidade do ilustre homem público Mauricio Schulmann e dizer, enfaticamente, que o Governo não teme críticas.

O que nós sentimos, é que embora o Governo não temendo críticas, parece provocá-las constantemente. Foi o que vimos ontem, a exemplo de dias passados, quando a Bancada do meu Partido, para dar resposta ao Paraná, entrou com um requerimento pedindo a convocação do Sr. Secretário do Interior e Justiça. A Bancada do Governo, que não teme as críticas, a Bancada do Governo que está tranquila, tudo fez para que o nosso requerimento deixasse de ser aprovado. E o Sr. Secretário aqui não compareceu para responder às perguntas, para dialogar com o Paraná, através dos Deputados do meu Partido.

Ontem, Sr. Presidente, registrou-se, novamente, o episódio. Foi a característica do mesmo retrato do dia anterior. A bancada da ARENA, o Governo, o Partido governista, estava precisamente escudada por 25 Srs. Deputados. Até um representante desta, que nesses três meses vimos aqui 4 ou 5 vezes, aqui estava.

Não teme as críticas, mas faz com que a presença de sua bancada aqui, seja efetiva na oportunidade em que o Paraná quer saber do Governo, através de seus Secretários, como andam as coisas neste Estado.

Aqui se fizeram presentes para que não fosse aprovado mais um requerimento que pedia a presença do Sr. Secretário de Educação e Cultura para prestar esclarecimentos sobre a constância da precariedade da SIC. Foi reprovado mais um requerimento do MDB. E daí, Sr. Presidente, não podemos calar quando sentimos que a coisa está sendo feita de uma forma que não corresponde à verdade dos fatos.

Digo ao digno, ilustre e preclaro Deputado Egon Pudell, do que parece que estão temendo as críticas do Paraná, as críticas deste País. É por isso que o Governo manda, que sua Bancada representativa manda que os representantes da ARENA façam tudo para que os Secretários de Estado aqui não compareçam, que não compareçam os Ministros no Congresso Nacional para que não se saiba o que o povo do Paraná e do Brasil quer saber.

O pedido de convocação do Secretário do Interior, provocou, inclusive a obstrução de "quorum", nesta Casa. Saiu a Bancada do Governo, deixando vazios os bancos representativos do Poder Executivo. O nosso requerimento, como sempre, foi reprovado.

O que queremos deixar bem claro aos Srs. membros do Governo nesta Casa, é que nós também somos representantes de alguém, e para nossa honra, não representamos o Governo, representamos o povo do Paraná. Nós, sim, não tememos a crítica, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira. Não se encontra presente, bem como o Deputado Luiz Carlos Zuk.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, no Grande Expediente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos atentamente as palavras do eminente Deputado Lúcio Machado, quando fazia referências à nossa Bancada, fazia referência a não permissão da convocação do Secretário de Estado, por esta Casa.

Jamais recebemos qualquer pedido do Exmo. Sr. Governador, no sentido de que não permitíssemos a convocação de um Secretário de Estado.

Nós, em comum acordo, a nossa Bancada, julgou por bem dar condições aos Secretários, que iniciaram em 15 de março de organizar suas Secretarias, apresentando um plano de trabalho em favor do Paraná. Sei que todos os Srs. Secretários terão prazer em vir à Casa a convite dos Deputados, principalmente com referência ao Secretário de Educação e Cultura, que já ocupou uma cadeira nesta Casa e sei que tem a máxima satisfação em aqui comparecer.

Mas o que nós julgamos por bem, é trazer o Sr. Secretário aqui, para apresentar o que está fazendo, e não para dizer o que encontrou na Secretaria, para dizer das dificuldades por que está passando, dando uma possibilidade de trazer ao conhecimento desta Casa, as obras iniciadas em favor do Paraná.

O SR. DÁCIO LEONEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Já que este assunto volta à baila e depois das ponderações feitas pelo Deputado que anteriormente ocupou a tribuna, a verdade é uma só: é que se procura criar uma imagem distorcida da posição tomada pela bancada da ARENA. A impressão que se cria, é a de que nossa Bancada não desejasse que esta Casa pudesse ouvir o Sr. Secretário, mas na verdade, é disto V. Exa. sabe muito bem, a nossa bancada através de nossa liderança, tentou, por todas as formas, um entendimento com a ilustre Bancada do MDB, no sentido de que o Sr. Secretário de Educação viesse à esta Casa Legislativa para ser arguido em nível de comissão ou então, que a reunião fosse secreta e porque ouvido a nível de Comissão especial dentro daquilo que preceitua o Regimento Interno, desta Casa poderiam todos os Srs. Deputados participar da reunião da mesma forma que se a mesma fosse transferida em secreta.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu, dizendo que, lamentavelmente, ainda se procura através de um episódio como este, jogar contra a Bancada da ARENA, a classe de professores e toda a população, que se procura fazer campanha política contra os homens da ARENA; procura-se desde já, através de argumentos, que reputo de eleitores, se investir por outros caminhos que não são aqueles da sinceridade, dos planos que traçados.

Agradeço o aparte que me concede e estou convicto que, realmente, este é o pensamento dos companheiros de minha Bancada.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu é que agradeço o aparte Sr. Deputado, que acabou de proferir, e que vem contribuir e reafirmar o que vimos dizendo.

V. Exa. colocou muito bem o assunto de nosso interesse que é de orientar e de participar.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O nobre Deputado Dácio Leonel, quem sabe até motivado e emocionado com a direção que tomou o interesse do nosso Partido quis fazer valer a opinião da Bancada da Arena quando é público e notório que muitos Deputados da sua ilustrada Bancada não têm interesse em estar seguindo a norma de conduta que está sendo adotada pela Bancada porque seria um ato de aprisionamento do que um ato de liberdade parlamentar.

S. Exa. invocou que a reunião seria secreta, a nível de comissão, que havia interesse e que procurou fazer com que as Bancadas viessem a ter um entendimento.

A bancada do MDB, data vênica, nobre Deputado, só para esclarecer e posicionar, permito-me falar assim, embora não tenha a qualidade de vice-líder, mas a bancada do MDB não tem assim nenhum interesse de que o eleitor do Paraná não possa saber do que se trata com assuntos relacionados com a educação, razão porque prima pela "modus faciendi" de trazer o Secretário. Este é o objetivo mais amplo para que todas as pessoas venham à Assembléia e possam apreciar a franqueza e liberdade desse debate.

A nível de comissão ou com mero chamamento de nível reservado, não daria a oportunidade de esclarecer, de elucidar, de forma mais ampla e mais libertada, o que se pudesse tratar com o Sr. Secretário. Tendo em vista que é um cargo público, não há motivo para fazer um debate a portas fechadas. Este é o entendimento que inspirou a orientação da nossa bancada, segundo me pareceu. Falo em meu nome pessoal e não em nome da Bancada.

Não foi, também, um mero ato publicitário como S. Exa. falou e me permito discordar de V. Exa., porque não temos interesse em fazer arroubos publicitários. O nosso interesse é solucionar problemas. Este talvez, seja o pensamento de alguns, mas não é, data vênica, o nosso pensamento pessoal. E, até agora, eu pessoalmente, tenho me reservado de falar sobre este assunto e aí estão as notas taquigráficas.

Este o nosso aparte e digo mais a V. Exa. O interesse do nosso Partido é ajudar a construir o Paraná e não fazer o que se tem feito, ouvir um Secretário a portas fechadas. O nosso partido é um partido aberto. Tanto está aberto a todas as falas, como está aberto a todos aqueles que se decidirem entrar nele.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte, embora não possa concordar em parte com o mesmo. Não há absolutamente, de forma alguma, de qualquer dos Deputados da Bancada, quando V. Exa. disse que não há interesse de publicidade, concordo com V. Exa. . .

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não há interesse, de como já se falou na Assembléia, interesse demagógico ou publicitário, nem interesse de publicidade que, aliás, o povo do Paraná deve saber, quer saber, o que está passando nas Secretarias, através da Imprensa. Não tem, nenhum outro sentido, não pode ser interpretado de forma diversa. Quero que V. Exa. se situe em meu raciocínio e no espírito do que eu disse.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Conheço o comportamento de V. Exa., e sei qual é sua intenção, mas nem todos pensam assim e pensam divulgar de forma diferente. De forma que nós, quando pedimos, e a prova está aí, amanhã virá o Sr. Secretário da Agricultura a convite da Comissão de Agricultura, para dialogar não só com os membros daquela Comissão, mas com todos os Srs. Deputados que lá queiram comparecer, para trocar idéias e acharmos o caminho certo; o que o Paraná quer saber, é o que aqui se faz e o que se decide em favor do povo.

Por isso é que estamos fazendo essas reuniões dialogando com os Secretários para encontrarmos a solução. É interessante que haja diálogo, para acharmos um caminho certo, para chegarmos a solução, por exemplo, para a semente do trigo, como uma bem expôs o Deputado Muggiati Filho. Se nós não satisfizermos

com as informações dadas pelo Secretário, não só referente a este assunto, mas a todas as perguntas que formulamos, nós viremos à tribuna dizer que não concordamos com as medidas adotadas, e qual a maneira correta. Esse será o modo de melhor aproveitarmos essas reuniões.

O SR. LÚCIO MACHADO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a oportunidade que V. Exa. me dá de apartear-lo. Principalmente porque me dá condições de contestar, até com veemência, a acusação que fez o Deputado Dácio Leonel ao procedimento de nossa Bancada. Quando ela, como já dissemos e diremos muitas vezes, quer única e exclusivamente resposta ao Paraná de fatos relacionados com Secretarias de Estado. Disse S. Exa. numa excessividade de clarividência até descabida, que se quisesse nossa bancada aqui a presença do Secretário para dialogar, então a Bancada do Governo concederia que o Secretário viesse. Mas na sua afirmativa, não sei não entendo, não percebo, porque não concluiu...

O SR. GILBERTO CARVALHO – Um minuto apenas, depois V. Exa. continua, mas V. Exa. sabe muito bem que o Secretário compareceu e se colocou à disposição de qualquer Deputado para trocar idéias.

O SR. LÚCIO MACHADO – Já que V. Exa. me concedeu o aparte, me deixe terminar. O importante não é que o Sr. Secretário compareça aqui para visitar, o importante é que venha aqui para responder ao Paraná através dos Deputados, porque os Deputados são representantes regionais deste Estado, desta ou daquela Bancada e toda vez que se formaliza um requerimento, pedindo a presença de um Secretário de Estado, naturalmente se percebe que de fato há profundidade não se trata de simples visita. Então excedeu-se o Deputado Dácio Leonel ao clarividenciar o que queríamos do Secretário de Estado. Primeiro porque nossa Bancada não ofereceu nenhuma agência do que iríamos perguntar ao Sr. Secretário de Educação e Cultura. S. Exa. para ser adivinho ainda está muito longe. É preciso que mude de método. Adivinhar é coisa impossível.

Quero, nesta oportunidade, agradecer o aparte que me que me concedeu e reafirmar que quando pedimos a presença de um Secretário, desta ou daquela Secretaria, é porque temos assunto de profundidade para debate, assunto que não é nosso, mas sim do povo que representamos com muita honra.

O SR. DENI SCHWARTZ – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Gilberto Carvalho, há dias discutíamos aqui a validade ou não da retirada dos Srs. Deputados da Arena do Plenário. E na oportunidade o ilustre Líder do Governo invocou o Regimento Interno como sendo válido, estando em vigor e que permite a saída do plenário em casos como aquele ocorrido. E gostaria também de dizer nesta oportunidade que o MDB nada mais fez do que se utilizar de uma prerrogativa constitucional, artigo 22, como também de um artigo do Regimento Interno, artigo 92, que possibilita a qualquer Deputado fazer requerimento de convocação de Secretários para virem a esta Casa.

Saiu desta Casa a denúncia, como saiu desta Casa também a primeira denúncia sobre a entrega da TELEPAR à TELEBRAS. E vamos dizer que é demagogia dos Deputados que aí foram para denunciar?

Gostaria de, na oportunidade, dizer ao Deputado Dácio Leonel que nem tudo que se faz aqui é demagogia. Muita coisa pode ser, mas não queira ser vidente, em adivinhar as intenções da oposição, neste lance. Nós estamos usando o direito que nos assiste pela Constituição do Regimento Interno e buscando a realização do esquema de trabalho, das metas e porque nos propomos em campanha política.

Repito o que disse ontem: sabíamos perfeitamente tratar-se com Sr. Borsari Neto, de um dos homens mais qualificados deste Estado, mas infelizmente queremos saber as razões pela verda-

deira balbúrdia em que está a Educação. Inclusive, Srs. Deputados, eu tenho em mãos o recorte de jornal onde se vê que o problema não deve ser economia, porque o jornal diz bem claro, que a situação do Paraná está boa, e num dos jornais deste Estado diz que o Paraná, está aqui o "Diário do Norte" do Paraná. CANET AFIRMA QUE O PARANÁ SUPERA CRESCIMENTO NACIONAL.

Então as coisas estão financeiramente bem, então não é problema de dinheiro que impede o Estatuto do magistério. Disse muito bem, muito se fala em Estatuto do Magistério, poucos o conhecem, inclusive eu não conheço o e por isso posso discuti-lo, mas se nós abrímos mão de nossas prerrogativas que são do Legislativo, o que acontecerá a este Poder? Melhor será então fechar suas portas.

O SR. GILBERTO CARVALHO – V. Exa. está com a razão, nós nunca contrariamos o direito de qualquer um pedir convocação de Secretários, de usar de todas suas prerrogativas que lhe faculta o Regimento Interno, assim como também realizamos falta de quorum de nossa bancada quando verificamos que não havia interesse da mesma, mas, não havia aqui, teleguiados, que não fossemos robos como V. Exa. teve oportunidade de ouvir aqui, ontem. Então, quando falamos, falamos em termos de bancada, em absoluto, merecem nossas críticas as duas bancadas.

O SR. MUGGIATI FILHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas, Deputado Gilberto Carvalho, para vir em socorro do Regimento Interno e deixar claro o que diz o texto:

"Parágrafo 2º, artigo 176:

É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma, e caso haja votação, por ocasião da verificação".

Era o aparte que queria dar, apenas em ressalva ao texto do Regimento Interno, que claramente dispõe sobre a matéria. Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, eu teria outra observação a fazer. Mas, antes, já que se invocou aqui nosso Regimento Interno, convém, Sr. Deputado, que, também nos lembremos do Regimento Interno desta casa. Infelizmente, não o tenho às mãos e não recordo, o artigo que estabelece que nenhum Deputado presente poderá deixar de votar. Não é condenada e nem permitida a abstenção, salvo em duas ocasiões específicas. Uma delas no caso de interesse pessoal. Lembro que a primeira abstenção que houve foi por parte da bancada do MDB que, da mesma forma, contrariava o Regimento Interno sem que a Bancada da Arena tivesse feito qualquer alusão ao fato.

O SR. MUGGIATI FILHO – Pode-se deixar de votar por interesse pessoal, muito maior razão por interesse público.

O SR. DÁCIO LEONEL – Neste caso, a observação feita ao regimento Interno, leva, ao final, a um a um.

Mas, o mais importante, Sr. Deputado, é que ouvi uma série de apartes ao pronunciamento de V. Exa. e não ouvi ainda alguém que dissesse que eu não disse a verdade, ou seja, nenhum que tivesse dito que a Arena não tntou junto à bancada do MDB uma solução com a presença do Sr. Secretário a nível de comissão ou através uma sessão secreta desse plenário.

Isto significa então, que não houve só para mim absolutamente comprovar que não houve a parte da bancada da Arena o interesse de que o Sr. Secretário não pudesse ser ouvido pelos Deputados.

E eu me pergunto: Qual seria o objetivo de sua vinda a esta Casa? Porque os Srs. Deputados do MDB entendiam que o objetivo será única e tão somente vir ouvi-lo, vir fazer indagação, vir tentar colher respostas para que se procurasse soluções

que pudessem ser dadas no melhor encaminhamento dos trabalhos da Secretaria de Educação e Cultura. Apenas estamos tão somente evitando um aspecto que, entendíamos, seria o aspecto publicitário com a presença talvez, nesta Casa lotada de professores para acompanhar este impedimento. Mas, se o sentido válido realmente daquilo que se pretendia era, exatamente o sentido que hoje se prega, ou seja, colher informações e esclarecimentos de trazer soluções para ajudar o Sr. Secretário de Educação, Não vejo porque aos 54 Srs. Deputados que representam este mesmo povo, que receberam deles os votos para aqui tomar assento, para defender seus interesses, não fosse válida esta tese. É isto que não entendo e me pergunto, Sr. Deputado, até onde o haveremos de continuar recebendo críticas infundadas, que, me permito repetir, são críticas que não têm o sentido que gostaríamos que tivessem nesta Casa de Leis.

O SR. DEL CIEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Gilberto Carvalho, inicialmente eu gostaria, no que se refere ao aparte, de me situar para com meu companheiro de bancada.

Em relação ao aparte do Deputado Dácio Leonel, nós não recebemos com estranheza seu estilo, seu sistema de trabalho e utilização da tribuna, visto termos atuado conjuntamente por dois anos, no Município de Londrina.

Tendo s. Exa. deixado a Câmara de Londrina, a convite do então Governador Haroldo Leon Peres, para assumir uma função de assessoria.

Então, já o conhecemos e devemos tão somente, esclarecer que o Deputado comete um grande equívoco quando anuncia a intenção demagógica ou interesse publicitário de um partido político que vê com seriedade problemas educacionais, problemas do Magistério do Paraná. Não é o MDB que procura colocar o povo contra o partido situacionista. Não é o MDB que lança o magistério do Paraná contra a Qrena. É o partido político a que o ilustre Deputado pertence, que pela sua decisão e pela sua posição vem conquistando o lugar que merece junto às classes trabalhistas do Estado, junto aos setores administrativos que refletem, portanto, diretamente na população paranaense.

E no que se relaciona com o pronunciamento de V. Exa., principalmente na fase final, que seria o alvo deste nosso aparte, devo dizer que vejo o mandato do Deputado de forma diferente, de forma diversa de V. Exa. Acredito que recebi outorga de uma parcela da população do Paraná para atuar nesta Casa, a Casa do povo do Estado do Paraná, em seu nome em sua defesa. Não recebi a função específica de contato, ou de menino de recado para atuar junto ao sr. Secretário de Educação e Cultura, ou Secretário de qualquer das pastas administrativas do Estado do Paraná.

Entretanto, acredito que é privilégio, deve ser privilégio que repetidamente os ilustres Deputados do partido situacionista mantenham contato diretamente com os ilustres Secretários de Estado. Mas cumprimos nossa obrigação de utilizar o plenário da Casa, para fazer ver os órgãos administrativos estaduais e ao povo do Paraná, os pontos de vista de nós todos, que como V. Exa., temos sobre os ombros a responsabilidade de atuar em nome e em defesa de nossa gente e de nosso Estado.

Era o que gostaria de dizer a V. Exa.

O SR. GILBERTO CARVALHO – Jamais faltamos com nossa obrigação de legislador, motivo pelo qual aqui viemos, mas nada impede que demos apoio ou cobertura aos Chefes dos Poderes Executivos Municipais, aqueles que precisam de nosso apoio mais direto. Haja visto o nosso mandato desempenhado nos 4 anos como Vereador, como Prefeito, sempre atuando e procurando corresponder à confiança do povo, sem querer ser o menino de recados que V. Exa. quis qualificar no seu aparte. A intenção pela qual lutamos e nos propusemos levar ao povo, foi trabalhar com lealdade e dedicação de legislador em favor do povo do Paraná.

Este o motivo porque comparecemos aqui hoje para agradecer ao Governo do Estado pela atenção na reivindicação do povo de nossa região.

No dia 13 deste mês aqui compareceram todos os prefeitos da região do Vale do Ivaí. Eram 16 prefeitos e no encontro com o Sr. Governador, num diálogo franco e aberto, foram feitas pelos Srs. Prefeitos todas as reivindicações e nós pudemos conseguir alguma de concreto em favor de nossa região.

Para o desenvolvimento da região do Vale do Ivaí, conseguimos no dia 13 a autorização do Governador e a determinação que, dentro de 60 dias, seja iniciado o contorno de Apucarana. Esse contorno não será da maneira como queríamos, porque sabemos da existência de falhas técnicas naquele contorno e sabemos do Plano do Governo Federal na duplicação da estrada Ourinhos - Jandaia do Sul. Com esta duplicação, automaticamente o DNER terá que fazer um contorno. O Governo autorizou que seja feito naquele contorno mão única para atender o tráfego mais pesado, e solucionando o problema, de vez por todas, com a duplicação da BR-369 de Melo Peixoto a Jandaia do Sul.

Verificamos também o trabalho que vem desenvolvendo através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social na vacinação que já tivemos oportunidade de reclamar desta tribuna. O povo do interior precisava receber atenção e verificamos que hoje esta campanha está em todo o Paraná. Posso anunciar aqui que nos dias 18 e 20 do corrente mês foi atendida toda a região do Vale do Ivaí com a vacinação contra a meningite.

O SR. DÁCIO LEONEL – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, mais uma vez cumpre-me agradecer a V. Exa. e pedir que me perdoe pela insistência de meus apartes. Mas, acontece que V. Exa. tem sido aparteado por Deputados do MDB e meu nome nunca escapa.

Acabei de ouvir o aparte que V. Exa. recebeu do Deputado Del Ciel.

E, ao fazer o seu aparte, S. Exa. fez questão de ligá-lo ao tempo em que esse parlamentar era vereador na Câmara de Londrina. Fez, também, alusão ao convite que recebemos para vir a Casa Civil. Devo, apenas, esclarecer que recebemos o honroso convite do então Chefe da Casa civil, do nosso Estado Milton Menezes, para que viéssemos ocupar a sub-chefia da Casa Civil. Permanecemos também, durante grande parte do Governo Parigot de Souza, e só deixamos a função no dia em que entendemos que devíamos retornar a Londrina, especificamente para participar, coordenando, a campanha de Mario Stamm a Prefeito Municipal de Londrina. Espontaneamente retornamos ao Norte. Mais tarde aqui estivemos também com Távio Cesário, hoje Vice-Governador na direção de um Departamento do Interior e Justiça. E porque faço esta alusão, Sr. Deputado? É porque não entendi até onde se pretendeu ir ao fazer alusão a um convite que recebi. Acho que os homens do Governo devem fazer convites a homens de sua confiança, a homens que possam prestar serviços em sua Administração.

É o que tem acontecido em Londrina, desde 68, quando ali se instalou o Executivo nas mãos do MDB. O MDB convidou homens de sua confiança para comporem sua administração.

O primeiro, era um ilustre companheiro nosso na Câmara de Vereadores, Alencar Cordeiro, que renunciou a seu mandato para assumir a direção do Pavillon.

Depois o ilustre professor e meu particular amigo, Lauro Gomes Veiga Pessoa, também Vereador pelo MDB, que renunciou para assumir a COHAB.

Recentemente outro amigo meu, Vereador Romeu Cury, Presidente da Câmara Municipal de Londrina, que também renunciou seu mandato para assumir a direção de uma autarquia.

Não vejo irregularidade em trocar a função de Vereador pela direção de um órgão do Governo, ganhando salário bem mais condizente. Não disse que seria uma irregularidade e não sei on-

de se pretendeu chegar em relação ao convite que recebi para vir a Curitiba.

Não entendi também a alusão que fez a Deputado ou Deputados que poderiam ser homens de recados. Devo dizer que desde que assumi o mandato nesta Casa, pela absoluta falta de material do Departamento de Material da Secretaria de Educação, não consegui levar nem meia dúzia de cadernos a Londrina. E li que o Deputado Del Ciel recebeu milhares de cadernos que teria distribuído às escolas. Se a notícia for verdadeira do jornal, é uma demonstração também que na Secretaria de Educação é que não há privilégios, porque não consegui cadernos e S. Exa. teria conseguido milhares de cadernos para distribuir em Londrina. E somos os dois representantes daquela cidade.

As outras alusões não entendi, porque se entendesse, teria cada para uma, uma resposta. Devo dizer que a forma pela qual costume me expressar pode dar a impressão de que seja exaltado. Talvez seja devido ao tempo em que militei na Rádio como locutor esportivo, que falo com certa vibração. Mas não só na sessão de hoje, como em toda minha vida, tenho dito a verdade e exatamente p que penso.

O SR. DEL CIEL - V. Exa. permite um aparte?

O SR. GILBERTO CARVALHO - Antes de conceder o aparte, queria dizer que se for para fazer referências a meu pronunciamento, concedo. Mas se for para contra apartear, não concederei aparte.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência comunica que o orador dispõe de apenas 5 minutos para terminar.

O SR. DEL CIEL - Ilustre Deputado, ouvimos o aparte do Deputado Dácio Leonel...

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu disse que se fosse contra aparte, não concederia.

O SR. DEL CIEL - Agradeceria se me concedesse a mesma oportunidade que concedeu a seu nobre companheiro. Caso contrário, terminados os trabalhos, voltarei em explicação pessoal.

Gostaria de ter por parte de V. Exa. ou por parte desta Casa o mesmo peso e a mesma medida. Acredito que me permitirá utilizar do aparte nos termos de seu companheiro Dácio Leonel.

Nobre Deputado, tivemos a oportunidade de ver os sucessos do ilustre Deputado Dácio Leonel, que anunciou, não sendo em momento algum recriminado por este Parlamentar, ter participado do Governo, de Haroldo Leon Peres, Governo corrupto. Não teria ele nenhuma responsabilidade, nos responsáveis. Posteriormente, o Governador Parigot de Souza, homem que teve tempo tão somente para lutar contra a morte que cabou por derrotá-lo, e em seguida, da campanha derrotada de Mário Cezar Stamm no município de Londrina. Mas se fiz aquele preâmbulo foi tão somente para registrar a nossa não estranheza dos termos utilizados pelo Deputado Dácio Leonel, por não conhecermos de há muito tempo, do município londrinense. E devemos dizer também, alto e bom som, que realmente fomos portadores de uma remessa de material escolar para o município de Londrina, material escolar este, distribuído após as eleições, no final do Governo passado, ainda quando Secretário, Cândido Martins de Oliveira. Trouxemos as solicitações de estabelecimentos de ensino e até mesmo a própria Prefeitura Municipal de Londrina teve oportunidade, através de sua Secretaria de levar alguns milhares de cadernos para a comunidade londrinense, e, sinto que o ilustre parlamentar não tenha tido a oportunidade de obter este benefícios ou outros benefícios para o setor educacional no Município de Londrina. Mas, nos preocupamos com coisas mais altas, prezado companheiro, nos preocupamos com problemas deste setor da educação, em momento algum objetivamos a utilização deste título de Deputado Estadual, para provocar a queda de delegados de polícia, jamais

visamos a criminosa utilização do comando político, para a derubada de diretores de estabelecimentos de ensino.

Estamos procurando dar cumprimento fiel ao nosso mandato, com todo o respeito, dando cumprimento às obrigações e aos direitos constitucionais.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Nobre Deputado, V. Exa. está demonstrando aí, que o Governo tem dado cumprimento, dado atendimento mesmo à Oposição, tem atendido, levando para Londrina, aquilo que se reivindicou, como Deputado da Oposição...

O SR. DEL CIEL - V. Exa. comete um equívoco, tão somente...

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu pediria a V. Exa. que, agora eu precisaria concluir.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência comunica o nobre orador, que faltam 2 minutos para esgotar-se o tempo, já está esgotada a Hora do Expediente.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Agradecido.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, amanhã, logo depois da reunião da Comissão de Agricultura, eu pretendo voltar a esta tribuna para apresentar os nossos agradecimentos pelo trabalho desenvolvido pelo Secretário da Agricultura e pelo Governador do Estado no setor da cafeicultura, o seu empenho junto ao IBC, junto ao Ministério da Indústria e Comércio, no sentido de de que os cafeicultores possa ter melhor preço daqueles produtos.

Haveremos de voltar a esta tribuna, para fazer registrar o nosso reconhecimento pelo trabalho desempenhado pelo Governador do Estado e pelo Secretário da Agricultura, e por todos aqueles que se manifestarem em defesa da cafeicultura, em defesa deste produto, que tem oferecido relevantes divisas para o nosso país. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

O SR. ACCIOLY NETO - Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar no Grande Expediente, mas como isto não foi possível em face de se haver esgotado o tempo a ele destinado, requeiro a minha inscrição para falar em explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE - V. Exa. já está inscrito desde às 11,00 horas da manhã, para explicação pessoal.

O SR. ACCIOLY NETO - Muito grato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência, com satisfação, registra a presença neste Plenário do ex-Deputado Estadual e ex-Deputado Federal Silvio de Barras, e a presença também do Sr. Narciso Friscolin, Vereador do município de Camabará.

Quanto ao pequeno surto de difteria que acometeu alguns funcionários desta Casa, a Mesa tomou algumas providências que passo neste momento a explicar aos Srs. Deputados.

A partir de amanhã, às 8,00 horas da manhã e durante o dia inteiro, a Secretaria de Saúde fará a vacinação de todos os deputados e funcionários desta Casa, que queiram se vacinar e colherá material daqueles que não colheram no dia de hoje. Isso será durante o dia todo.

A sessão de amanhã, para diminuirmos o contacto, diminuirmos a possibilidade de contaminação, será suspensa, isto é, a Mesa resolveu suspender a inscrição dos oradores para o Pequeno e Grande Expediente e a sessão só constará da leitura da Ata e votação da Ordem do Dia. Fica também suspensa, por determinação da Mesa, tudo isso em consequência do pequeno surto que tivemos - a sessão de sexta-feira, tanto a ordinária como a extraordinária.

Comunico também que amanhã haverá reunião das banca-

das no Pequeno Auditório, às 9:00 horas e as 10:30 horas receberemos o Sr. Secretário de Agricultura.

Sobre a mesa, projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 166/72, de autoria do Deputado Antonio Lopes Junior, que transfere a responsabilidade do DER a Estrada que liga os municípios de Irati e Inácio Martins, passando pelas localidades de Rio Corrente, Rio Preto, Guamirim, Governador Ribas, Água Clara e Serro do Leão. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 52/74, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo construir prédio destinado ao funcionamento do Ginásio Estadual na sede do Distrito de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 53/74, de autoria do Deputado Aryzone Araújo, que autoriza o Poder Executivo criar como entidade de Fundação Estadual, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Cidade de Francisco Beltrão e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do projeto de Lei nº 175/74, de autoria do Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo fixar em importância não excedente a vinte por cento do maior salário-mínimo do estado, os honorários do serviço dos Despachantes Oficiais de Trânsito. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do projeto de lei nº 149/74, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que cria o Distrito Judiciário de Ouro Verde, no município de Corbélia, com divisas a serem fixadas pelo Poder Judiciário. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F. — **REJEITADO.**

PROJETO DE LEI Nº 149/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica criado o Distrito Judiciário de Ouro Verde, Município de Corbélia, com divisas a serem fixadas pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1974.

a) O DILON REINHARDT

JUSTIFICATIVA:

O impressionante desenvolvimento apresentado em todo Brasil e principalmente no Estado do Paraná, nos últimos anos, provocou reflexos favoráveis em todos os municípios e regiões de nosso Estado.

A região do Paraná, através da diversificação de determinadas e inúmeras atividades, o oeste pode apresentar nos últimos

anos desenvolvimento digno de louvores, tudo em razão do alto espírito de trabalho de sua gente.

O Distrito de Ouro Verde, componente do Município de Corbélia apresentou em face disto grande desenvolvimento populacional, apresentando nos últimos anos apreciável desenvolvimento demográfico.

A partir do crescimento, naturalmente, passa o Distrito a prescindir de novos recursos que não venham impedir o seu progresso, dentre eles se faz premente a criação pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná, de um distrito judiciário, possibilitando desta maneira a criação e instalação de novos cartórios.

Pois, a distância que separa o distrito de Ouro Verde, da sede da Comarca do Município que é Corbélia, e que possui somente um cartório, tem criado sérias e inúmeras dificuldades a todos os habitantes daquela localidade.

Na certeza da compreensão e do elevado bom senso do Poder Judiciário do Estado, temos quase certeza que a presente reivindicação não deixará de ser atendida, pois através da adoção desta medida, se estará propiciando e colaborando de forma mais efetiva para o desenvolvimento daquela região e do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 149/74

O Presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Odilon Reinhardt, visa o Distrito Judiciário de Ouro Verde, a ser criado no município de Corbélia, com divisas e serem fixadas pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Ao que pese as intensões e a justificativa apresentados pelo autor do Projeto, no nosso entender a matéria que regula tal procedimento é exclusivamente de atribuição do Poder Judiciário, conforme preceitua o Art. 91 da Constituição Estadual e Ato Complementar nº 46 de 07/02/69.

Isto exposto o nosso parecer é pela REJEIÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 149/74, por ser inconstitucional.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente
a) EZEQUIAS LOSSO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 149/74

O nobre deputado Odilon Reinhardt, apresentou o presente Plano de Lei, objetivando criar o Distrito Judiciário de Ouro Verde, no Município de Corbélia, com as divisas a serem fixadas pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça, emitiu parecer contrário ao Projeto de Lei, por ferir o Artigo nº 91 da Constituição Estadual e o Ato Complementar nº 46 de 7 de fevereiro de 1969.

No âmbito desta Comissão, o Plano de Lei contraria o disposto no artigo 35 da Constituição Estadual visto que é da competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo a iniciativa de Leis que autorizem, criem ou aumentem a despesa Pública.

Nestas condições, por absoluta falta de amparo legal, o nosso parecer é pela rejeição do Projeto de Lei nº 149/74.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1975.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
a) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 181/74, de autoria do

Deputado Olavo Ferreira, que declara de Utilidade Pública o Departamento Diocesano de Obras Unidas à Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 181/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de Utilidade Pública o DEPARTAMENTO DE OBRAS UNIDAS À SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO DE LONDRINA, com sede em Londrina.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1974.

a) OLAVO FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que propomos seja declarada de Utilidade Pública, tem por finalidade a construção, administração e manutenção de obras, visando o amparo espiritual, moral e material dos pobres da comunidade londrinense. Tem os seus estatutos registrados desde 1966 e sua Diretoria não percebe remuneração. Justo que o poder público estadual, a exemplo do municipal, lhe outorgue o reconhecimento de utilidade pública para que possa usufruir dos benefícios legais. Esperamos o apoio de nossos nobres Pares a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 181/74

I. — Iniciativa do ex-deputado Olavo Ferreira, o Projeto de Lei em exame objetiva declarar de utilidade pública o Departamento Diocesano de Obras Unidas à Sociedade de São Vicente de Paulo, da cidade de Londrina.

II. — Satisfeita que estão as exigências atinentes à Lei e a justificativa constante do processo nos convence do acerto medida proposta. O nosso parecer é pela sua **APROVAÇÃO.**

Sala das Reuniões, em 15 de abril de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) NILSO SGUAREZI — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. David Tatim Filho, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Agricultura, no sentido de gestionar, junto ao Banco do Brasil S/A., ser concedido financiamento para semente de trigo não certificada pelo Sr. Ministro da Agricultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Administração, objetivando liberar verba necessária para construção do Colégio João XXIII, em Maringá, de uma residência para a zeladoria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, consubstanciado em apelo no sentido de que seja construída e instalada na cidade de Maringá, cinco postos de saúde, em diversos bairros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli,

lido da Tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do Crédito Rural do Banco do Brasil S/A., referente a comercialização do algodão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, objetivando providências no sentido da imediata normalização do abastecimento de água potável na sede do Município de Iretama. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que a legislação educacional seja aprimorada, a fim de evitar, a partir do corrente ano, a repetição dos desastrosos e trágicos "trotes" que têm ocorrido em nossas Faculdades.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Departamento Estadual de Compras, solicitando a prestação de informações, sobre o critério obedecido por aquele departamento na efetivação de compras exigidas pelos órgãos da Administração Direta do Governo do Estado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do pronunciamento do Sr. Accioly Filho, sobre estatização de televisão, publicado no Jornal "Panorama". — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

13 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

16 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado.**

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, em explicação pessoal, ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Incumbiu-me o Senador Accioly Filho, Presidente do Diretório Regional da ARENA, de prestar em seu nome esclarecimentos à Casa, a propósito do tema "Estatização da Televisão".

O texto desse esclarecimento é o seguinte: (Lê):

"ESTATIZAÇÃO DA TELEVISÃO"

Acabo de tomar conhecimento que, a respeito de um debate feito comigo numa reunião regional do partido em Londrina no último domingo, entre outros problemas abordados na ocasião, despertou algumas críticas na Assembléia Legislativa, o referente à estatização da televisão.

Cumprir-me pôr o problema nos devidos termos.

A propósito de televisão, manifestei que me inclinava por vezes pela tese da estatização por tratar-se de poderoso instrumento de comunicação e cujas singularidades tornam extremamente perigosa a sua capacidade de convencimento de influência na educação.

A afirmação não dizia respeito a programas eleitorais de partidos políticos, pois esses programas existiriam mesmo numa televisão estatizada, e aí até com melhores razões e maiores facilidades.

Os programas eleitorais só entraram na argumentação para evidenciar a força persuasiva da televisão, a qual se, nesse caso,

pode ser salutar. não o é em outros programas de natureza comercial

A idéia não é nova, não é isolada, não é extravagante, não é herética a democracia para despertar tão irados protestos

Ao contrário, ela encontra amparo em quase todos os países da Europa, destacados a Inglaterra, Suécia, França, Itália e Alemanha que não podem ser apontados como exemplares de totalitarismo ou anti-democracia

Se a idéia desperta controvérsias, e eu próprio ainda não a tenho como definitiva, há que se debetê-la mas não em termos passional e sim com a tranquilidade dos que a desejem examinar com a única preocupação de servir ao povo

Há argumentos favoráveis e contrários à idéia, e eles só não podem ser expostos se a matéria for considerada intocável, e este não é o caso

Faço esse esclarecimento em homenagem à Assembléia Legislativa e aos próprios Deputados que aí provocaram o debate e cumprem um dever perante o povo paranaense

Brasília, 21 de maio de 1975

Senador Accioly Filho

O SR ACCIOLY NETO Era este, Sr. Presidente. Srs. Deputados, os esclarecimentos que solicitou que fizesse, nesta tarde por esta tribuna o Senador Accioly Filho

O SR LUIZ ROBERTO SOARES V Exa. permite um aparte (Assentimento)

O esclarecimento que V Exa. traz a Casa é muito gratificante e ao mesmo tempo, pode ensejar debate sobre o assunto.

Realmente os meios de comunicação no Brasil estão necessitando de uma urgente avaliação. Considerando o potencial efetivo pelo meio de comunicação moderna, notadamente pela televisão poderia conferir à Nação rumos inéditos, por exemplo no campo da educação. Atualmente, via de regra, vem propondo programas altamente alienantes e deseducativos

O Jornal do Brasil em repetidos editoriais tem chamado a atenção das autoridades brasileiras para uma necessidade de urgente reformulação na forma de atuação da televisão brasileira.

De maneira que o esclarecimento que V Exa. traz, palavras do Senador Accioly Filho, é estimulante para de início debatermos a necessidade dessa reformulação

Talvez e digo talvez como também o Senador o disse, a estatização nos moldes operados nos países anunciados neste esclarecimento possa vir a constituir uma solução adequada às necessidades nacionais

Quero cumprimentar V Exa. pela maneira feliz com que o problema foi colocado

Era o aparte

O SR ACCIOLY NETO Agradeço o aparte de V Exa

O SR PRESIDENTE Concedo a palavra ao segundo inscrito em explicação pessoal, Sr. Deputado Otássio Pereira

O SR OTASSIO PEREIRA Sr. Presidente. Srs. Deputados.

No Pequeno Expediente assistimos e ouvimos a palavra de um orador que tecia considerações a respeito do BNH, de que tudo vai muito bem, que não existe problema nenhum.

Sr. Presidente, a "Folha de Londrina" publica na edição de hoje 4ª feira, 21 de maio, o seguinte

BNH denunciado como Banco da burguesia" Gostaria, nesta oportunidade, de solicitar a atenção dos Srs. Deputados para que fiquem sabendo aquilo que este jornal diz "O BNH não é o Banco da Habitação Popular e sim o Banco da burguesia", segundo definição que lhe deu ontem na tribuna da Câmara o Deputado Tarcísio Delegado, do MDB de Minas Gerais. Diz mais que o BNH toma o dinheiro do pobre no varejo, através da poupança com privações entrega aos ricos, no atacado. Ano a ano o BNH se aburguesa e se vai transformando no Banco dos ricos, com os cofres cheios dos juros e correções monetárias dos

que adquiriram imóveis pelo sistema da habitação, sem que apliquem tais recursos em construção de casas populares. Além disso os mais pobres não têm condições de comprar moradia própria com juros e correção monetária"

"O BNH eleva o teto de financiamento para mais 400 mil cruzeiros e com isto oferecendo-se inclusive, à especulação dos ricos e poderosos

Não se desejará afirmar que a classe média e pobre possa adquirir um imóvel de 400 mil cruzeiros, com prestação que vai estar próxima de 5 mil cruzeiros mensais. Quem ganha mais de 15 mil cruzeiros para pagar 5 mil cruzeiros mensais de prestação no BNH? Serão as classes mais necessitadas? Claro que não!

Sr. Presidente, o BNH não vem cumprindo totalmente suas finalidades. É bem verdade que algumas centenas e milhares de casas estão sendo construídas pelo país afora. No entanto, Sr. Presidente, no ano passado houve um problema muito grave. Na minha cidade não se construiu casa nenhuma pelo BNH

Andávamos aqui nos bairros chiquerrimos da Capital e verificamos que muitas casas que hoje devem valer 400, 500 mil cruzeiros ou mesmo, um milhão estão sendo construídas pelo BNH

O SR DEL CIEL V Exa. permite um aparte? (Assentimento)

A imprensa noticiou no dia de ontem, ilustre Deputado Otássio Pereira, que o Banco Nacional de Habitação passara a prestar financiamento para aquisição ou construção de casas residenciais que atinjam o limite de 400,000,00 (quatrocentos mil cruzeiros). V Exa. haverá com estes dados, de abrilhantar mais o vosso pronunciamento, visto que 80 por cento da população brasileira se situa na casa dos que percebem até dois salários-mínimos, até 1.000,00 (hum mil cruzeiros), de 10 a 18 por cento percebem de 1.000,00 a 5.000,00, sobrando, portanto de 1 a 3 por cento das pessoas que poderiam se credenciar para obter este financiamento do Banco Nacional de Habitação que passa, portanto, a financiar casas para tão somente alguns poucos privilegiados pela sorte, porque seriam atendidos tão somente aqueles que percebessem mais de 6000,00 (seis mil cruzeiros) mensalmente.

Assim sendo, nós que vemos no BNH um órgão para dar atendimento às classes trabalhistas porque operam, porque trabalham porque produzem, com o dinheiro suado e sacrificado do trabalhador brasileiro, o vemos fugindo às razões, aos propósitos que justificam a sua existência.

Assim sendo, quero parabenizar-me com V Exa. pela oportunidade do seu pronunciamento, visto que o dinheiro do trabalhador brasileiro que aí está se alojando em favelas, esparramado por todo o Estado do Paraná e por todo o país, que estão aí se situando numa condição de impossível sobrevivência devido o miserável salário que alcançam, que obtêm através do trabalho braçal que podem desenvolver

Assim sendo, devemos, como homens públicos, passar a analisar a situação e principalmente devem analisar os nossos companheiros na Câmara Federal, do BNH, que vêm dando um atendimento muito limitado, vêm prestando um serviço, vêm prestando um trabalho muito limitado para os trabalhadores e aplicando todo o capital, portanto, em outros setores deixando de beneficiar aqueles que trabalham, que se sacrificam e que distanciam a cada dia que passa da criatura humana, fator primordial para a sua própria constituição

Muito obrigado

O SR OTASSIO PEREIRA Agradeço o aparte de V Exa. nobre Deputado Del Ciel.

Mas, Sr. Presidente, o que nós verificamos também são muitos adquirentes de casas financiadas pelo BNH, casas ou apartamentos, não poderem continuar pagando as prestações tendo em vista o aumento abusivo da correção monetária tendo em vista o aumento das prestações advindas, somadas com a correção monetária, juros, etc., etc.

O que nós verificamos e pudemos constatar de perto, é que muitos desses que compraram querem, a todo custo, ver-se livres das prestações; pensavam eles que poderiam pagar uma prestação de por exemplo 500 cruzeiros, e, hoje, esta prestação está aí à razão de 1.000,00, 1.500,00; há casos em que o trabalhador comprando um imóvel pelo BNH no valor de 50.000,00 depois de 5 anos, pagando as prestações todos os meses, ele verificou que está devendo ainda, os 50.000,00. De maneira que esta atitude nova do BNH de aumentar o teto para que se financiem também palacetes com o dinheiro do trabalhador, é contra isto que nós nos levantamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fique então consignadas na ata de hoje, as nossas palavras, a respeito do comentário do discurso - pronunciamento feito pelo companheiro nosso da bancada emedebista de Minas Gerais, que em tão boa hora denunciou estes fatos, à imprensa.

São estas as nossas palavras. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao terceiro inscrito em explicação pessoal, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR' DEL CIEL - Declino, Sr. Presidente.

O SR' PRESIDENTE - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 175/74.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/74.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 150/74, 182/74 e 186/74.

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 335/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob 1057/75, de 18 de fevereiro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, - em favor de ALCER WALTER NIEDZWIEDZ, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO" em 14 de maio de 1975

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º - Secretário

DECRETO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 336/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1985/75, de 14 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ANGELINA GARCIA PACHECO, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO" em 14 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 337/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1912/75, de 12 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de ALAIDE MARIA LOFFHAGEN LUZ, ocupante do cargo de nível PL "14", da Série de Classes de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO" em 14 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º - Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 338/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 2354/75, de 20 de março de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, em favor de LENY SABOIA, ocupante do cargo de nível "PL-23" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", em 14 de maio de 1975.

PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO - Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA - 1º Secretário

MAURICIO ROSLINDO FRUET - 2º Secretário